

EFICÁCIA NORMATIVA DAS TESES JURÍDICAS FIXADAS NOS PRECEDENTES JUDICIAIS

JOSÉ ROBERTO MELLO PORTO

Copyright © 2023 by Editora Letramento

Copyright © 2023 by José Roberto Mello Porto

Diretor Editorial | Gustavo Abreu

Diretor Administrativo | Júnior Gaudereto

Diretor Financeiro | Cláudio Macedo

Logística | Daniel Abreu

Comunicação e Marketing | Carol Pires

Assistente Editorial | Matteos Moreno e Maria Eduarda Paixão

Designer Editorial | Gustavo Zeferino e Luís Otávio Ferreira

CONSELHO EDITORIAL JURÍDICO

Alessandra Mara de Freitas Silva

Alexandre Morais da Rosa

Bruno Miragem

Carlos Maria Cárcova

Cássio Augusto de Barros Brant

Cristian Kiefer da Silva

Cristiane Dupret

Edson Nakata Jr

Georges Abboud

Henderson Fürst

Henrique Garbellini Carnio

Henrique Júdice Magalhães

Leonardo Isaac Yarochevsky

Lucas Moraes Martins

Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme

Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo

Onofre Alves Batista Júnior

Renata de Lima Rodrigues

Salah H. Khaled Jr

Willis Santiago Guerra Filho.

Todos os direitos reservados. Não é permitida a reprodução desta obra sem aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária Juliana da Silva Mauro – CRB6/3684

P853e Porto, José Roberto Mello
Eficácia normativa das teses jurídicas fixadas nos precedentes judiciais / José Roberto Mello Porto. - Belo Horizonte: Casa do Direito, 2023.
370 p. ; 15,5cm x 22,5 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5932-339-5

1. Decisões judiciais. 2. Tese jurídica. 3. Precedentes judiciais. I. Título.

CDU: 340.142

CDD: 348.05

Índices para catálogo sistemático:

1. Precedente judiciário
2. Decisões judiciais



Rua Magnólia, 1086 | Bairro Caiçara
Belo Horizonte, Minas Gerais | CEP 30770-020
Telefone 31 3327-5771



CASA DO DIREITO
é o selo jurídico do Grupo
Editorial Letramento

SUMÁRIO

11	APRESENTAÇÃO
	Paulo Cezar Pinheiro Carneiro
13	PREFÁCIO
	Aluisio Gonçalves de Castro Mendes
15	PREFÁCIO
	Antônio Pereira Gaio Júnior
17	INTRODUÇÃO
23	1. HISTÓRICO EVOLUTIVO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS NAS TRADIÇÕES JURÍDICAS
25	1.1. COMMON LAW
37	1.2. CIVIL LAW
81	2. EXPERIÊNCIA BRASILEIRA: DA JURISPRUDÊNCIA ÀS TESES
81	2.1. JURISPRUDÊNCIA
97	2.2. SÚMULAS
109	2.3. TESES JURÍDICAS
110	2.3.1. MEIOS DE FORMAÇÃO
110	2.3.1.1. Repercussão Geral
120	2.3.1.2. Recursos Repetitivos
129	2.3.1.3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas e Incidente de Assunção de Competência
132	2.3.1.4. Outros meios (atipicidade)
147	2.3.2. VANTAGENS DO MODELO
147	2.3.2.1. Adequação e acertamento
203	2.3.2.2. Participação
208	2.3.2.3. Publicidade
215	2.3.2.4. Efetividade
219	2.3.2.5. Imediaticidade

229	3. EFICÁCIA NORMATIVA DAS TESES JURÍDICAS
232	3.1. FUNDAMENTOS
232	3.1.1. ARGUMENTO PRINCÍPIOLÓGICO
245	3.1.2. ARGUMENTO FUNCIONAL
245	3.1.2.1. Formação da norma jurídica
275	3.1.2.2. Tutela da unidade do ordenamento
291	3.1.3. ARGUMENTO PRAGMÁTICO
301	3.2. NATUREZA JURÍDICA
327	3.3. IMPLICAÇÕES
327	3.3.1. EXTENSÃO SUBJETIVA: EXEMPLIFICARIEDADE DA PREVISÃO LEGAL
334	3.3.2. CONTROLABILIDADE: CABIMENTO DE RECLAMAÇÃO
351	CONCLUSÃO
355	POSFÁCIO
	Humberto Dalla Bernardina de Pinho
356	REFERÊNCIAS